



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Mudança do Clima

MEMÓRIA DE REUNIÃO
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ-EXECUTIVO DO CIM
(SUBEX/CIM)

Data: 17 de junho de 2025, das 09h30 às 12h

Local: Formato híbrido, presencial no Palácio do Planalto e virtual via Microsoft Teams.

Membros participantes:

Órgão	Representantes	Cargo	Presencial	Virtual
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Titular: Aloísio Lopes Melo	Secretário da Secretaria Nacional de Mudança do Clima	X	
	Suplente: Ana Paula Cunha Machado Cavalcante	Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação	X	
Casa Civil da Presidência da República - CC	Suplente: Adriano Santhiago de Oliveira	Secretário Adjunto na Secretaria Adjunta IX da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento	X	
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Titular: João Crescêncio	Secretário Adjunto - SDI	X	
	Suplente: Laura Nascimento Brito	Coordenadora Geral de Operações Estratégicas	X	
Ministério das Cidades - MCID	Suplente: Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho	Assessora Especial do Ministro	X	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC	Suplente: João Francisco Paiva Avelino	Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes	X	
Ministério da Fazenda - MF	Suplente: Cristina Fróes de Borja Reis	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável	X	
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MDR	Suplente: Daiane Daniele Santos Rocha	Diretora de Programa da Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros	X	
Ministério de Minas e Energia	Suplente: Leandro de Oliveira Albuquerque	Assessor Especial	X	
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Suplente: Elaine de Melo Xavier	Subsecretária de Temas Transversais	X	

Convidados:

Órgão	Representante	Cargo	Presencial	Virtual
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA	Carolina Machado Fleury Curado	Chefe de Gabinete		X
	Leandro Cardoso	Coordenador-Geral		X
	Marcela Aboim	Coordenadora-Geral	X	
	Carlos Alexandre Pires	Coordenador	X	
	Vana Tércia Freitas	Analista Ambiental		X
	Stefanny Faustina	Analista Ambiental	X	
	Christiana Chianca Pereira	Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental	X	
Casa Civil - CC	Rafael Dias	Gerente de Projetos	X	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	Marcio Rojas	Coordenador-Geral	X	
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Mara Helena Sousa	Coordenadora-Geral de Programas Econômicos e Ambientais		X
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Carlos Ramos Venancio	Coordenador-Geral Substituto de Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável		X
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC	Beatriz Soares da Silva	Coordenadora Geral de Finanças Verdes – DCARB/SEV	X	
	Larissa Villarroel	Chefe de Divisão		X
Ministério de Minas e Energia - MME	Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares	Coordenador Geral de Estudos Integrados		X
Tribunal de Contas da União - TCU	Dashiel Velasque da Costa	Auditor Federal de Controle Externo	X	

RELATO DOS TEMAS DEBATIDOS:

1. Abertura

Foi realizada a abertura da reunião pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pela Casa Civil.

Após a abertura da reunião procedeu-se à verificação de quórum. Estavam presentes os representantes dos seguintes ministérios: MMA, CC, MF, MPO, MAPA, MCID, MDIC, MDR, MF, MCTI e MME.

Apresentou-se a pauta proposta, que foi aprovada pelos presentes.

2. Aprovação da Resolução SUBEX/CIM nº 5, que estabelece a composição da Câmara de Articulação Interfederativa

Foi apresentado o processo de construção das câmaras de Assessoramento Científico (CAC), Articulação Interfederativa (CAI) e Participação Social (CPS) no âmbito do CIM.

Foram detalhados os critérios de seleção adotados pelo comitê de seleção para a escolha dos membros da Câmara de Articulação Interfederativa (CAI). Também foram apresentados os nomes dos titulares e suplentes selecionados para integrar essa câmara, a partir das indicações da Secretaria Técnica do Conselho da Federação.

Foi questionado se haveria alguma contribuição ou objeção à lista apresentada.

Sugeriu-se que, mediante escolha do coordenador da câmara, se estabeleça um fluxo de comunicação a respeito dos temas a serem debatidos no âmbito da CAI, a fim de providenciar a participação de ministérios interessados como convidados nas reuniões. Esclareceu-se que o Governo Federal também possui assento na CAI, ocupado pela Secretaria-Executiva do CIM, de modo que será possível a participação dos ministérios nas discussões. Entretanto, a forma de participação será decidida em conjunto com os membros da CAI.

Foi colocada a proposta de se prever essa participação dos ministérios na Câmara no Regimento da CAI, assim como já é previsto a participação dos membros da CAI nos grupos técnicos do SUBEX.

Pontuou-se que a Câmara será importante instrumento para discussão das políticas nacionais, a fim de promover a integração de políticas subnacionais, inclusive com participação dos entes federados nos ciclos de monitoramento e avaliação do Plano Clima.

Após a aprovação da composição da CAI, houve breve apresentação sobre o andamento do processo de seleção da Câmara de Participação Social do CIM, que está em fase recursal. A perspectiva é que a deliberação seja levada ao SUBEX em julho. Além disso, houve informe sobre a expectativa de realizar evento presencial de lançamento das 3 câmaras, no final de agosto.

Resultado: Foi deliberada e aprovada a composição da Câmara de Articulação Interfederativa do CIM.

3. Regulamentação do SBCE: estágio atual e próximos passos

Foi feita uma atualização sobre o andamento da regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), ou mercado de carbono.

Desde a aprovação da Lei 15.042, o GTT do SBCE vem fazendo as discussões para a regulamentação da Lei de implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões. O grupo já realizou mais de 20 reuniões tendo a relevância de avançar na regulação da lei.

Foi relatado que o maior desafio para implementação da lei é a criação da estrutura de governança. Relatou-se que as discussões do grupo técnico do SBCE apontaram que a melhor opção de natureza para o órgão gestor é uma autarquia, o que requer projeto de lei. Tendo em vista a urgência da regulamentação, vê-se a necessidade imediata de uma

solução intermediária mediante a criação de estrutura dedicada ao tema no Ministério da Fazenda.

Neste contexto, também precisam ser criadas as estruturas previstas na Lei nº 15042 de 2024, tais como o Comitê Técnico Consultivo Permanente e sua Câmara de Assuntos Regulatórios. Por último, foi relatado que as prioridades do órgão gestor deste ano são: (i) início das análises do MRV, (ii) análises de impacto regulatório, (iii) plano de engajamento, (iv) registro central, (v) ITMOs.

4. Proposta de mecanismo relacionado à Transferência Internacional de Resultados de Mitigação (ITMOs - Acordo de Paris)

Foi apresentada a proposta de criação de regras para estabelecimento do mecanismo relacionado à Transferência Internacional de Resultados de Mitigação (ITMOs – Acordo de Paris), que envolverá aprovações do CIM.

Foi relatado que o Decreto que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões estabelece que a venda de ITMOs deverá ser regulada por ato do CIM. Nesse contexto o GTT está elaborando uma minuta de resolução que deverá ser apreciada nos próximos meses pelo SUBEX.

Foi relatado que as orientações para participar das abordagens cooperativas abrangem arranjos específicos de relato, contabilidade e revisão dos resultados de mitigação (considerando metas anuais ou plurianuais).

Destacou-se que só haverá autorização de ITMOs se houver resultados de mitigação disponíveis e projetados, em relação à trajetória de emissões e a meta nacional de redução determinadas pela Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC do Brasil.

Relatou-se que a proposta de resolução de regras para ITMOs adota postura cautelosa incluindo margem de segurança e possibilidade de aplicação de reserva de contingência, visando reduzir os riscos de necessidade de compras futuras de ITMOs para honrar acordos previamente estabelecidos, inclusive os compromissos estabelecidos junto à UNFCCC por meio da NDC.

Foram apresentados a dinâmica de funcionamento e os principais pontos da minuta de resolução que está sendo elaborada sobre ITMOs. Abriu-se a palavra para os participantes darem suas contribuições. Houve amplo debate sobre o tema entre os presentes, com ponderação sobre os possíveis riscos e expectativas, bem como as implicações dessas decisões em outras áreas e atores relacionados à temática. Esclareceu-se que a proposta apresentada prioriza os compromissos firmados para geração de ITMOs, visando garantir previsibilidade e segurança para investimentos em projetos estratégicos para a estratégia de descarbonização do país.

Ademais, foi esclarecido que o objetivo de apresentar, neste momento, o escopo da minuta que está sendo elaborada, é proporcionar aos membros do SUBEX um primeiro contato com a proposta de norma. Em momento futuro, o texto será apresentado e caberá ao SUBEX deliberar sobre sua submissão à consulta pública.

Resultado: Tendo em vista os riscos aventados durante a reunião, a proposta de normativo será encaminhada aos membros do Subcomitê-Executivo com antecedência suficiente para o conhecimento e preparação de eventuais contribuições. Posteriormente, o SUBEX deverá deliberar acerca da submissão da norma à consulta pública. Recebidas as contribuições oriundas da consulta pública, o GTT SBCE irá consolidar a redação e submeter para apreciação do SUBEX, visando encaminhar para deliberação pelo pleno de ministros do CIM.

5. Macroprocessos de Monitoramento e Avaliação do Plano Clima e proposta de ajustes na estrutura do CIM

Foi apresentada a proposta de ciclo de monitoramento e avaliação do Plano Clima, elaborado no âmbito do GT Monitoramento e Transparência do CIM, considerando:

- Ciclos anuais de coleta de dados, monitoramento e análise sobre as ações dos planos setoriais do Plano Clima, a partir dos grupos de Adaptação e Mitigação;
- Ciclos bienais de avaliação do Plano Clima, considerando relatório científico da Câmara de Assessoramento Científico, consultas às Câmaras de Participação Social e Articulação Interfederativa e processo de pactuação junto aos grupos de Adaptação e Mitigação;
- Ciclos bienais de revisão do Plano Clima, a fim de realizar ajustes de rota necessários; e
- Ciclos quadrienais de atualização do Plano Clima.

A fim de que seja possível conduzir esses processos e garantir sua perenidade, sugere-se ajuste na estrutura de governança do CIM, considerando:

- Transformar grupos técnicos com caráter permanente em subcomitês do CIM (Monitoramento e Avaliação; Adaptação e Mitigação); e
- Ajustes de nomenclatura do “Subcomitê-Executivo” para “Comitê Executivo” para evitar confusões de interpretação.

Foi aberta a palavra aos presentes para suas contribuições.

Ressaltou-se o ganho no novo arranjo de governança, tendo em vista a retroalimentação dos processos de monitoramento da política climática no âmbito do CIM com aqueles conduzidos pelo MCTI. A inovação visa estabelecer um compromisso institucionalizado com o monitoramento e avaliação da política climática doméstica, assim como acontece com os acordos internacionais.

Foi questionada a necessidade de criação de um Subcomitê de Monitoramento e Avaliação, tendo em vista que os Subcomitês de Mitigação e Adaptação poderiam desempenhar essas funções. Foi esclarecido que a criação de um Subcomitê específico para Monitoramento e Avaliação tem como justificativa a necessidade de um espaço dedicado à discussão especializada em métodos, diretrizes e procedimentos de monitoramento e avaliação de políticas públicas climáticas, de forma a coordenar o processo transversal e promover a interlocução entre os Subcomitês de Adaptação e Mitigação, responsáveis pelas políticas setoriais, e as câmaras consultivas do CIM.

Sugeriu-se adequar a temporalidade dos ciclos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano Clima aos ciclos estabelecidos pelo Plano Plurianual - PPA.

Resultado: Houve apresentação da proposta Macroprocessos de Monitoramento e Avaliação do Plano Clima e proposta de ajustes na estrutura do CIM aos membros do SUBEX, que puderam apresentar contribuições, tendo em vista a expectativa de submissão da proposta ao CIM em momento futuro.

1. Apresentação do TCU sobre o *Climate Scanner*

Foi apresentada a iniciativa do TCU com a INTOSAI chamada ClimateScanner, que trata de avaliação global sobre as ações governamentais relacionadas à mudança do clima.

A metodologia foi desenvolvida pelos 18 países que compõem as Instituições Superiores de Controle (ISCs), e é dividida em Governança, Políticas Públicas e Financiamento, cada um com seus componentes de avaliação. Cada componente é avaliado de acordo com critérios próprios de avaliação.

Foram identificados problemas e dificuldades globais no âmbito do financiamento internacional climático, implementação de ações, e carências em áreas como gestão de riscos, monitoramento e avaliação de políticas de clima.

Foi relatado que os outputs de 69 países, demonstraram que os governos têm instituições, leis, estratégias e planos para a ação climática. No entanto o monitoramento de leis e planos precisa ser fortalecido. Além disso, a avaliação identificou que a maioria dos governos nacionais não consegue rastrear quanto gastam em ação climática. Outro ponto apontado é que os governos precisam melhorar a gestão de riscos e monitoramento e avaliação de políticas climáticas.

Na perspectiva nacional, o Brasil possui nível “intermediário” no tema “marco legal e regulatório”, considerando a defasagem da atual Lei que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima em relação ao Acordo de Paris, havendo necessidade de atualização do normativo. Quanto à estrutura governamental, o país atingiu bom resultado, considerando a governança do CIM. O principal desafio identificado foi relacionada à estratégia de longo prazo, que não foi submetida a UNFCCC e a necessidade de aprimorar metas, indicadores, prazos, responsáveis e mecanismos de avaliação da política climática brasileira.

No nível subnacional, apresentou-se a nova iniciativa de Painel Central. Os componentes são os mesmos do nacional (Governança, Políticas Públicas e Financiamento) e foram realizados diversos workshops, com mais de 800 auditores treinados no País. A ideia é levar os resultados para a COP 30.

Resultado: Houve apresentação da iniciativa pelo TCU, que foi parabenizada pelos membros do SUBEX. Foi acordado que o TCU irá enviar a documentação acerca da avaliação que foi feita para o Brasil, e a Secretaria Executiva do CIM circulará entre os membros do SUBEX.

2. Informes

Cronograma Plano Clima

Houve apresentação do cronograma proposto de reuniões do SUBEX e CIM até o final do ano de 2025, a fim de providenciar a aprovação dos documentos do Plano Clima (Estratégias Nacionais de Adaptação, Mitigação, respectivos Planos Setoriais e Estratégias Transversais) e composição da Câmara de Participação Social.

GT Inventário

Houve relato sobre o processo percorrido pelo GT Inventário, considerando a agenda de reuniões e a previsão de realização de oficina intersetorial em breve, com objetivo de apresentar o plano de ação para aprimoramento do Inventário Nacional.

3. Encerramento

Tendo cumprido a pauta programada, houve agradecimento pela participação dos membros e convidados e encerrou-se a reunião.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO:

1) O SUBEX aprovou a Resolução nº 5, que estabelece a composição da Câmara de Articulação Interfederativa do CIM.